

## **A IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA COMO FATOR DE PRODUÇÃO DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E COMO NEXO PRODUTOR DE UMA TERRITORIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO**

**Azevedo, Carla Juny Soares<sup>1</sup>; De David, César<sup>1</sup>**  
*1 - UFSM.*

### **1- A pesquisa participante como processo de investigação, ação e reflexão**

Em busca de formação em Educação Ambiental, entre os anos de 1999 a 2002, desenvolvi um projeto de pesquisa participante, que envolvia um processo de investigação dos problemas socioambientais vivenciados pelos alunos da Escola de Ensino Fundamental Municipal São Paulo (EMSP) – Bairro Itararé – Santa Maria/Rio Grande do Sul - Brasil. Nesse recanto da cidade denominado “Montanha Russa”, sob a influência da Escola, extinta no ano de 2008, estavam preferencialmente, alunos oriundos de territorialidades que ocupam os espaços segregados da Vila N.S.Aparecida e da Vila Pércio Reis, argumento que a um só tempo justificava e produzia a evasão dos alunos provenientes de famílias das áreas regularizadas, a estigmatização dos alunos provenientes dos espaços segregados e a condição da Escola como última prioridade dos investimentos públicos municipais. Tal situação aumentava a vulnerabilidade social dessa população, expressa pela evasão e pelas repetências crônicas, à medida em que colocava justamente os alunos que mais carecem do suporte escolar, à mercê dos problemas advindos da alta rotatividade de professoras suplentes, que além de dividir seu trabalho diário com duas ou mais escolas, a cada ano eram substituídas por outras profissionais.

Durante o período mencionado acima, construiu-se uma trajetória com atividades de Educação Ambiental, inicialmente mais focadas no diálogo com os alunos e com a comunidade tendo como intuito investigar o “tema gerador” ou as “temáticas significativas” para o trabalho escolar.

Tais ações e propósitos motivaram, no âmbito comunitário, o desenvolvimento de um trabalho de base com mães de alunos e com mulheres da comunidade, que deu origem ao que ainda hoje, ocorre na Associação Comunitária, através do trabalho de mulheres da Vila Pércio Reis.

Propostas que, à medida em que iam se fazendo realizar denotavam, a partir dos muitos obstáculos encontrados na trajetória, o descompasso em que se encontravam em relação aos projetos hegemônicos que estavam sendo traçados para esse território, ao mesmo tempo em que desvelavam as intencionalidades ocultadas para o destino do lugar.

No ano de 2008, a extinção da escola materializa-se no espaço, confirmando para quem o lê, o conteúdo dos interesses de um grupo hegemônico, subsumidos em cada movimentação ou ausência expressos neste território.

Neste momento de minha formação profissional, busco conciliar os referenciais construídos até aqui, com o instrumental conceitual da geografia no intuito de dar foco a partir desta pesquisa à realidade dos moradores da Vila N.S.Aparecida e Vila Pércio Reis de modo a compreender como a percepção da territorialidade vem sendo formulada e apropriada pela comunidade, numa condição marcada pela “irregularidade fundiária”, enquanto questão que defini e rege múltiplos problemas da vida cotidiana da comunidade, principalmente como fator determinante da exclusão/inclusão subalterna deste recanto, num momento em que as luzes dos empreendimentos turísticos focalizam e valorizam o patrimônio natural e paisagístico do entorno. Assumindo como desafio uma prática problematizadora que investiga os modos que resultariam na passagem de uma condição passiva para uma atuação ativa e crítica.

No presente texto pretendo discutir: Como a fragilidade do direito ao território se espacializa e em que medida, determina outras esferas da vida cotidiana obstaculizando o acesso aos direitos sociais, políticos e legais?

Para a análise, tomo como referencial os conceitos da geografia da ação, que requer considerar o território acontecendo a partir da ação dos sujeitos (Maria Laura Silveira, 2006). Como meio de operacionalizar a interação entre a teoria e a prática proponho como instrumento, a investigação-ação respaldada nas teorias sócio-críticas e na concepção de Paulo Freire como referenciais de uma Educação Ambiental e Popular comprometida com a causa social. Assumo a tarefa de identificar os principais interesses dos atores sociais, focalizando o conflito de representações do território, considerando as assimetrias de poder. Num nível mais processual, do diálogo com a comunidade, busco o sentido prático e educativo dessa proposta, interagindo com os sujeitos constitutivos dessas territorialidades, com a intenção de identificar os problemas comuns, que demandam a organização de estratégias, pensadas junto com os moradores, no sentido de apontar para as ações que ao serem executadas em colaboração, têm o intuito de buscar informações que propiciem uma nova percepção da

realidade e viabilizem a solução não apenas dos problemas mais imediatos, mas que sirvam de suporte no sentido de se avançar numa perspectiva emancipatória..

## **2- A realidade socioambiental das territorialidades presentes no contexto investigado**

As coletividades da Vila N.S.Aparecida, Vila Bürguer e Vila Pércio Reis, expressas por distintas territorialidades, são partes residentes de um espaço geográfico, que por suas características naturais peculiares, encontra-se em vias de ser transformado numa (APA), Área de Proteção Ambiental. Reconhecido como um importante exemplo de atrativo natural da cidade de Santa Maria/RS, configura parte da zona de amortecimento da “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” - RBMA, domínio definido pelo Decreto Federal Nº 750/93 e pelo Edital de Tombamento da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados.

Neste contexto, focalizo a irregularidade fundiária como problema à medida em que essa problemática, de uma forma ou de outra, em menor ou maior grau, atravessa a realidade de cada uma das territorialidades constituintes dele: Vila N.S.Aparecida, Vila Pércio Reis e Vila Bürguer. No caso específico da Vila N.S.Aparecida, a questão da irregularidade fundiária tem um sentido mais profundo, em se considerando que alguns moradores contam mais de 25 anos residentes neste endereço, cada vez mais alardeado por representantes do Poder Público Municipal dentre outros atores interessados, como “área de risco”. Estando os moradores passíveis de serem removidos, segundo constam as declarações (ainda não tecnicamente comprovadas como vêm solicitando os moradores).

Aos poucos vai se compreendendo o quanto essa mesma problemática age, embora de forma indireta e bastante específica e diferenciada, como condição que emoldura a realidade dos demais moradores tanto da Vila Pércio Reis, como da Vila Bürguer que também são territorialidades constituintes da trama deste território, conhecido por alguns, como Montanha Russa - porção do Bairro Itararé, região norte da cidade. A Vila Bürguer também instalada no flanco do Morro Cechella e em cuja seqüência inicia-se o trecho que compõe a Vila N.S.Aparecida, apresenta casas de alvenaria bem construídas e assentadas em terrenos mais amplos, afastados da encosta do morro. Essa Vila ainda conserva como traço característico do problema que afeta os moradores do lugar, o fato

de que apenas uma única família, recentemente, obteve a documentação de posse do terreno, o que de todas as formas abre precedentes para os demais moradores conseguirem suas escrituras. Observando-se o arranjo espacial do entorno da Vila Pércio Reis (área urbanizada, situada na parte mais plana, localizada no sopé do Morro Cechella, enquanto porção da antiga várzea do Rio Vacacaí-Mirim) vê-se que esta aparece emoldurada pelo morro, pela barragem, pela linha férrea e também pelos problemas relativos à irregularidade fundiária presente nas áreas de preservação desse entorno. Esta é a porção mais tradicional, onde residem as famílias mais antigas do lugar.

É também, visivelmente, um lugar composto por diferentes territorialidades: famílias de classe média, dentre elas, alguns pequenos sitiantes e famílias de baixa renda, nas quais ao menos um membro da família é trabalhador assalariado. Essas famílias são a maioria desse lugar, onde há também um número expressivo de famílias, que ocupam áreas irregulares e que normalmente, vivem abaixo da linha da pobreza.

### **3- Capturando os momentos e as práticas que possibilitam tornar evidentes os vínculos existentes entre forma (formação territorial) e processo (relações sociais).**

Considero que no caso da Vila N.S.Aparecida, a irregularidade fundiária poderia ser vista como nexos da produção da territorialidade da comunidade, já que reside ao mesmo tempo como condicionante e cerne das questões a partir das quais gravitam, histórica e espacialmente, suas duras condições de vida cotidiana.

A recusa de cingir esse espaço com o bastão institucional do Estado, impõe-se a ele outros significados, que dão lugar a uma condição estigmatizada que atinge as famílias de trabalhadores de maneira generalizada. Mesmo porque, até os dias de hoje, apresenta-se somente parcialmente servido de infra-estrutura urbana, o que torna essa população refém de políticos oportunistas que aplicam soluções paliativas que nada contribuem para definir a situação fundiária, que se encontra na raiz dos principais problemas.

Essa condição, por sua vez, propicia a produção de problemas que dificultam ainda mais a vida dos moradores. Para se ter um pequeno exemplo de como essa situação afeta a rotina dessas famílias, basta mencionar a desoneração dos correios em prestar serviços de entrega das correspondências para a comunidade.

A isenção do Poder Público gera ainda, problemas socioambientais expressos pela rotatividade da ocupação das áreas que deveriam estar destinadas à preservação, como

ocorre com as moradias construídas próximas às margens da barragem, de onde é retirada 40% da água que abastece a cidade nos períodos de seca. O que reforça ainda mais, a condição marginalizada dessas famílias à medida em que as obriga servir-se da água diretamente, retirada do manancial. As famílias que ocupam as moradias da metade da Vila em diante, impossibilitadas do acesso ao abastecimento de água potável são obrigadas a realizar ligações “clandestinas”.

Sendo estas, na verdade, facilitadas e até mesmo realizadas, através de vereadores que acionados pelos moradores, conseguem apoio de dirigentes da companhia de abastecimento, conseguindo o envio de funcionários para realizar, no turno da noite, as ligações “oficialmente” desligadas durante o dia. São situações que se originam da falta do direito ao uso do espaço urbano, especialmente quando se refere a áreas que compõem um complexo paisagístico e ambiental para onde convergem planos de aproveitamento econômico, como é o caso do Morro Cechella, onde se localiza a Vila N.S.Aparecida.

A partir da análise de HAESBAERT, R. 2004:p.89 pode-se refletir sobre as relações de poder, cujo subproduto simbólico seriam as representações passíveis de serem cunhadas sobre um espaço onde o estado de direito se ausenta: uma pré-condição que lhe retira o poder de barganha na tentativa de resolução de problemas, até porque, as informações às quais esses atores têm acesso encobrem a verdade dos fatos.

“(…) toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

#### **4- O papel desvelador e educativo da investigação colaborativa da realidade**

Considerando-se então, a dimensão que o problema da irregularidade fundiária assume e o modo como ele se desdobra em tantos outros, no papel de processo gerador da segregação sócio-espacial que atravessa a realidade dos moradores da Montanha Russa não somente com dilemas aparentemente insolúveis e dificuldades diárias concretas,

mas também como fator criador de um ambiente vulnerável ao estigma e ao preconceito.

Seria de se esperar que essa condição que se espacializa fosse mais evidente e identificável, ao menos, por aqueles que compartilham a vida neste lugar. Entretanto, o fato da condição de irregularidade fundiária ser processo: a um só tempo causa e efeito da desigualdade social, política e legal vivenciada cotidianamente. Deixa de ser visível em sua totalidade, embora sua aparência esteja lá no espaço indicando o conteúdo da trama das relações sociais que se tecem em seu bojo.

Do mesmo modo, seria de se esperar também, que a irregularidade fundiária passasse a ser não apenas mais uma questão a se pensar, esporadicamente, mas a “causa” dos moradores; não somente os moradores das áreas irregulares”, mas de toda a “Montanha Russa”.

O que ocorre na prática, entretanto é que sendo a irregularidade fundiária um problema de fundo, e portanto, um problema complexo cuja percepção se distancia da materialidade diária dessas famílias; tende então, a ficar encoberto, já que como lembra KOSIK, 1976:15

“os fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que , com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade”.

Assim, estando imersos nos problemas que envolvem a luta pela sobrevivência cotidiana, a visão que os moradores têm do problema, desloca-se do seu centro – que é a irregularidade fundiária, cedendo lugar aos problemas dela tributários, já que manifestam-se a todos, indistintamente, e de forma independente e fragmentada, através das “ausentes “ ou “incompletas” infra-estruturas básicas e as conseqüências diárias que decorrem dessas e de outras carências, seja em seu meio (Vila N.S.Aparecida) ou em seu entorno (Vila Pércio Reis).

Essa imersão nas demandas geradas pela necessidade de defender a sobrevivência cotidiana, por sua vez, produz processos, condutas e atos voltados para conter os sintomas do problema e não o problema em si. Aquilo que Kosik, 1976:15 denomina: “O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais”

A fala do presidente da Associação Comunitária da Vila N.S.Aparecida, em 2000, ilustra bem esta situação que vem se perdurando, quando a questão é resolver problemas aparentemente crônicos. Ademais, à medida em que o tempo passa, passa-se também, a incumbência de uma liderança para outra, de modo que os indivíduos mais bem intencionados, indignados e dispostos a resolver o problema são submetidos a extenuantes e decepcionantes jornadas em repartições do Poder Público, sem contar as inúmeras visitas que fazem ou recebem desse ou daquele vereador, desse ou daquele candidato: sempre no intuito de resolver os problemas comuns, que na verdade, não passam de “sintomas” do problema.

“A água, já foi solicitada várias vezes à Corsan, um alongamento de rede de água pra frente (...). Foi respondido pra nós, pelo engenheiro da Corsan, que não poderia colocar a rede de água pra lá, sem a autorização especial do responsável da área, isso seria, ou a Rede ou a Prefeitura. Nós procuramo um vereador, ele procurou ... e a prefeitura disse que não podia dar a autorização, porque não tinha feito o negócio. Fez o negócio, mas não tinha sido entregue, legalmente a área. Foi procurada a Rede Ferroviária e a Rede Ferroviária respondeu que não podia dar autorização. Um, porque não era interesse deles e outro, que o negócio era com a Prefeitura. Mas nós fiquemo na farta d’água. Vinte e oito casas, vinte e oito famílias, em torno, aproximadamente, de cento e quarenta pessoas, mais as criança de colo, criança de creche, criança no colégio. (...) Todo mundo corre um sério risco de contaminação, da água não tratada, por consumi água de nascente (...). Então toda essa série de problemas, anos e anos... Sempre pedindo, reivindicando, participando de várias reuniões, (...). A gente fica numa situação...”. Adelmo Mendes. In: Azevedo, 2002:52

Seguindo esse raciocínio, “como sintomas” precisam ser vistos toda a gama de problemas cujo eixo pode ser identificado pela condição irregular que paira como uma

nuvem sobre o céu da comunidade, ao mesmo tempo em que solapa seu chão e seu direito ao pertencimento de uma porção privilegiada do espaço urbano: a irregularidade do abastecimento da água, a desoneração dos serviços dos correios e a falta das demais infra-estruturas urbanas. No campo simbólico: a forma precária como foi conduzido o ensino e o modo como se deu o fechamento da escola, sem prestar satisfação à comunidade. Bem como, o descaso manifesto na divulgação da remoção dos moradores pela imprensa local, sem que os moradores tenham sido merecedores de visita formal dos representantes da Prefeitura. Do mesmo modo como está se dando a exclusão da comunidade da “Montanha Russa” do futuro empreendimento do “Parque Municipal da Barragem”.

Neste sentido, o principal desafio dessa proposta de pesquisa está em passar de uma abordagem “superficial” e de condutas isoladas para uma situação em que mais sujeitos possam se envolver e se engajar na solução dos problemas comuns, planejando e executando ações de forma colaborativa. De modo que, a cada ação planejada, novas informações vão sendo articuladas para dentro dessas novas ações. De modo que, estando qualificadas com os novos conhecimentos adquiridos pelo grupo investigativo, a respeito da realidade vivenciada, abre-se paralelamente, a possibilidade de se construir uma nova percepção: menos ingênua, menos superficial e mais próxima da verdadeira natureza do problema.

No caso do trabalho aqui descrito, como explico nas primeiras linhas deste texto, o processo investigativo transcorreu/transcorre através de atividades de campo, entrevistas, reuniões e encontros. Este processo nasceu de um trabalho realizado com os sujeitos da escola, que tinha o propósito de envolver a comunidade e por isso, pouco a pouco foi se desenvolvendo com mães de alunos e se ampliando com a participação de outras mulheres das coletividades aqui mencionadas até se identificar a “irregularidade fundiária” como problema, como o tema gerador e como objeto da busca de superação a partir do esforço dos representantes (homens e mulheres) da Associação Comunitária da Vila N.S.Aparecida. O conceito de “tema gerador” cunhado por Paulo Freire (1994: p.84) pode ser explicitado a partir das seguintes palavras do autor: “o tema gerador é algo a que chegamos através, não só da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens-mundo e homens-homens (...)”.

Nisto consiste o método de investigação como ação libertadora organizada por Freire (1983), cujo esforço está também em identificar as contradições pertencentes à trama da realidade social, que se evidenciam no curso do processo investigativo. Atribuindo ao



educador-educando a tarefa de problematizar as situações de impasse, tais como as que estão surgindo como nexos da realidade aqui pesquisada no que se refere às:

- concepções daqueles que em situação de agregar, desagregam, assumindo condutas personalísticas;

- disputas e rivalidades entre as territorialidades estabelecidas neste território;

Essa é a realidade desse processo de pesquisa participante que tem como propósito trabalhar a predisposição para o diálogo e para a cooperação, a partir de situações algumas vezes formais, mas que se constitui em sua maioria de encontros informais e de convivência com os atores da realidade pesquisada, onde o valor educativo está nas constantes trocas de saberes. Em que o pesquisador é a um só tempo educador e aprendiz da realidade que investiga e que procura desvelar junto com os atores do lugar. Entendo como Milton Santos (2004:p.1001) que o “lugar” constitui categoria-chave para a transformação da realidade:

Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. O discurso e a metáfora, isto é, a literaturização do conhecimento, podem vir depois, devem vir depois.

##### **5- A parte que nos toca de uma realidade marcada pela “irregularidade fundiária” vivenciada pelos “outros”: O ponto em que somos iguais!**

Seguindo o raciocínio desenvolvido acima no texto, vale notar os indícios de segregação despontando e assumindo forma através do alijamento dos moradores, (senão de um processo de construção democrática) com relação aos empreendimentos a serem instalados em seu território, que ao menos lhes chegassem as informações pertinentes às decisões tomadas à portas fechadas nos gabinetes da administração municipal. É o que

tem acontecido, pelo menos com os moradores da Rua Montanha Russa – via obrigatória de acesso ao portão de entrada para a taipa da barragem. São estes moradores que fazem desse território o seu lugar de residência e de identidade há 30 - 45 anos. Para os quais não vale qualquer argumento de “ilegitimidade” dos terrenos, já que estão devidamente regularizados e escriturados. Mesmo assim, até o momento não foram consultados e não estão sendo informados sobre o projeto idealizado, aprovado e em vias de ser operacionalizado com o propósito de transformar toda a forma de uso do território em questão. Dentre as possibilidades de propostas até o momento arroladas, está confirmado o empréstimo público de quase 5 M em recursos do Banco Mundial, que financia atualmente, projetos que têm o objetivo de “reduzir a pobreza” e que subsidiará a construção da “infra-estrutura e equipamentos” para o Parque da Barragem.

Na base do Morro, a Vila Pércio Reis, através da rua conhecida como Montanha Russa, alcança-se a taipa da barragem. Até que alguém prove o contrário, a depender dos critérios até o momento escolhidos esse recanto da Montanha Russa, passará (num toque de caneta) à condição de área de “fundos” do futuro Parque.

Segundo alguns relatos, neste trecho da Vila Pércio Reis, funcionou o antigo Parque Montanha Russa, que chegou a ser, o local preferencial de lazer do santamariense nas primeiras décadas do século XX, já indicando a histórica vocação dessa área para o turismo e o lazer. Em matéria publicada no jornal local, denominado de “A Razão”, do dia 04/01/02, Fernando Antônio Valença Floresta comenta:

“Neste limiar de 2002 (...), nos propomos a um resgate não somente histórico-geográfico e cultural, mas, antes de tudo, moral e afetivo para com um atrativo turístico, talvez pioneiro no estado, que Santa Maria possuiu, perdeu, e o que é pior, esqueceu. Falaremos sobre o prodigioso, para a época, “Parque da Montanha Russa”, que encantou por quase duas décadas múltiplos segmentos da população santamariense”.

Ao que tudo indica, dificilmente haverá outra chance para que esse resgate possa acontecer de fato. O novo projeto do Parque, ao contrário, volta-se para o setor norte da barragem do Rio Vacacaí-Mirim, elege esta como tema e centro do empreendimento, demonstrando fundamentar a decisão numa percepção homogeneizada da realidade local e desconhecadora da importância histórica e identitária do lugar no contexto geral

da cidade. O que não se compreende ainda, é que tipo de inserção caberá à Vila Pércio Reis, no projeto deste empreendimento. Considerando que em nome da segurança, certamente haverá a impossibilidade prática de se eliminar, uma segunda possibilidade de entrada para e de saída do interior do Parque. Que outra alternativa restaria senão através do portão situado no setor sul da barragem, justo dentro dos domínios da “Montanha Russa”?

Nada poderia ser mais grave que a exclusão desta comunidade que há longas datas ali habita e conta histórias de um passado em que as crianças recreavam no rio, enquanto as mães lavavam roupas, nesta área que também já foi o Parque Montanha Russa.

#### **6- Haverá chance para processamento local a partir das condições locais de um desenvolvimento alternativo?**

Interessa observar que esse, como todos os outros empreendimentos, propostos até o momento presente têm como aspecto comum, o fato de não problematizar, minimamente, a condição dos moradores que deverão permanecer, ou sequer, aventar a hipótese de conhecer como os moradores gostariam de participar para além de uma inserção subalterna.

Por esse motivo, os moradores da Vila Pércio Reis interessam-se em conhecer os motivos pelos quais esta localidade não está incorporada ao projeto que poderia propor o desenvolvimento local, como meio de reduzir a pobreza do lugar.

Questionam: Por que não ampliar e socializar os benefícios que serão gerados com esse grande empreendimento? Não seria essa uma boa oportunidade de apoiar projetos integrados voltados para a formação dos jovens, para o apoio aos empreendimentos familiares, que já existem; para incentivo aos projetos comunitários, em andamento, considerando sua ampliação e qualificação?

Que interesses impediriam os atores decisores de fazer valer os esforços de realização de um trabalho de organização comunitária, visivelmente exitoso, materializado na construção da nova sede da Associação Comunitária?

Os moradores ainda não acreditam que seu papel ficará reduzido a ocupar a área de fundos do futuro Parque.

Os moradores vinculados à Associação Comunitária da Vila N.S.Aparecida questionam se seria mesmo necessário remover todas as famílias para outro local. Desejam conhecer a carta de risco que aponta para as áreas de probabilidade e anseiam conhecer a relação

custo-benefício entre a remoção das famílias e as possibilidades técnicas de contenção da encosta para alguns casos. Muitos não se opõem a deixar o lugar, mas alguns, percebem que precisam conhecer sua real situação para melhor defender seus interesses e investimentos de toda uma vida, já que se trata de uma comunidade que possui vínculos culturais e familiares, que vem se constituindo desde final da década de 1970.

Investigar essa realidade, junto com os moradores, certamente, desdobrará num processo espiralar de investigação já iniciado, a partir de reunião dos moradores, com a coordenação do PAC social (Programa de Aceleração do Crescimento/governo Lula), bem como com uma das profissionais proponentes do Projeto do Parque da Barragem.

Até aqui, as moradoras e os moradores vinculados às associações comunitárias de ambas as Vilas: N.S.Aparecida e Pércio Reis, os pequenos sítiantes e a diretora da Escola de Educação Infantil Montanha Russa compartilham do entendimento que a questão que se refere à construção do ‘Parque da Barragem’ afeta a todos, de uma maneira ou de outra. O trabalho mais aproximado com os atores vinculados às associações comunitárias de ambas as coletividades e o diálogo esporádico da pesquisadora com esses últimos, acima citados, apesar das inúmeras dificuldades de se conciliar o espaço e o tempo para os encontros, tem de alguma forma, contribuído para a construção de uma percepção mais totalizante do problema, por parte desse grupo de atores. As perspectivas de se ampliar o número de indivíduos, de ambas as coletividades e de gerar um processo investigativo, mais amplo, sobre a nova realidade que se apresenta, dependerá provavelmente: do peso que terá a identificação dos moradores com a causa e até que ponto esses moradores estarão dispostos a superar antigas disputas e preconceitos para construir uma rede colaborativa, em torno de um projeto comum e de uma utopia coletiva. Muito dependerá da própria força do momento em despertar as verdadeiras lideranças comunitárias realmente inspiradas em trabalhar para o bem comum e também da força das parcerias que a comunidade possa atrair.

Do ponto de vista da análise geográfica, faz-se necessário avaliar as intencionalidades encobertas nos planejamentos e nas ações dos atores decisores que a partir do argumento ambiental que pressupõe, a priori, a existência de um pensamento político e econômico calcado na formulação de uma agenda democrática e justa, social e ambientalmente; vêm assumindo contraditoriamente, aspectos de um planejamento urbano verticalizado, segregador e nada transparente.

## **7- Bibliografia:**

AZEVEDO, Carla Juny Soares. **Educação Ambiental: Ações compartilhadas na escola e na comunidade.** Dissertação de Mestrado. Centro de Educação, UFSM, 2002.

CASTRO, Iná de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** 7ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

CORREA, Roberto Lobato. Apontamentos de palestra. Encontro: **“O Ensino da Geografia de 1º e 2º graus frente às transformações globais”** Rio de Janeiro, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo. Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Editoria Record. Rio de Janeiro, 2004.